



GILCIMAR RODRIGUES

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPU

ORIGEM DO MINISTÉRIO PÚBLICO

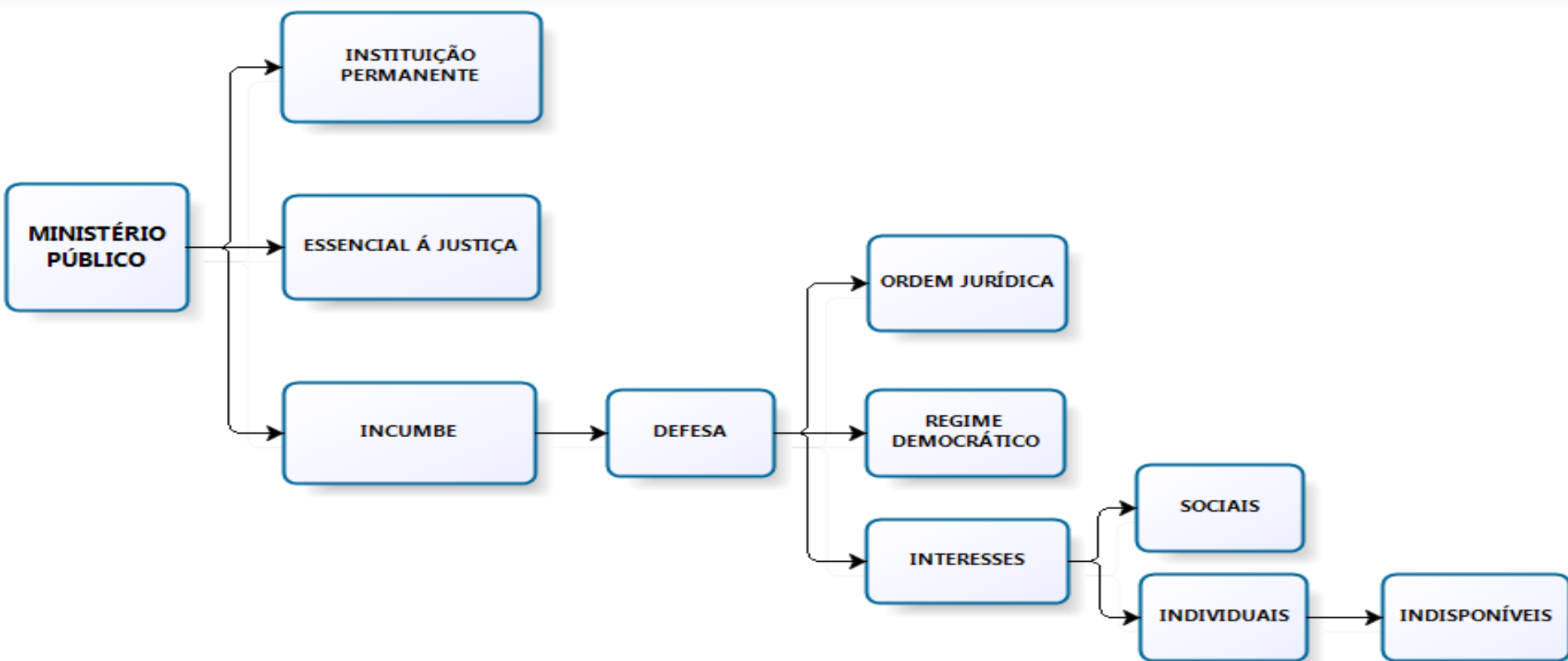
- Funções: Há mais de 4 mil anos no Egito
- Funcionário real do Faraó (Magiaí): Olhos e língua do rei, pai do órfão e esposo da viúva.
- Instituído na França, em 1790: criadas as primeiras garantias

MINISTÉRIO PÚBLICO – CONCEITO

ART. 127, CF e ART. 1º da Lei Comp. 75/93

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a **defesa**:

- da ordem jurídica;
- do regime democrático; e
- dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



EXERCÍCIOS

Julgue os itens a seguir.

1. (Cespe/TRT 8ª Região/Técnico Judiciário/Área Administrativa/2016) Incumbe ao Ministério Público, entre outras importantes delegações constitucionais, a defesa do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis.

2. (Cespe/TJDFT/Técnico Judiciário/2015) O Ministério Público detém legitimidade para postular, em juízo, direitos individuais homogêneos quando estes se enquadrem como subespécie de direitos coletivos indisponíveis e desde que haja relevância social.

3. (Cespe/TJ-CE/Técnico Judiciário/2014) O Ministério Público, instituição permanente que desempenha atividade essencial à função jurisdicional do Estado, é subordinado administrativamente ao Poder Judiciário.

4. (Cespe/MPU/Analista Processual/1999) Suponha que, na data marcada para a realização de um julgamento pelo júri, em que é imprescindível a participação do membro do Ministério Público, o juiz tenha tido ciência de que o único promotor da comarca está enfermo e não pode comparecer ao tribunal do júri. Nessas circunstâncias, assinale a opção **correta**.

a) O juiz pode, querendo, nomear o advogado mais antigo da comarca para desempenhar as funções do Ministério Público naquele júri específico.

b) O juiz pode, querendo, nomear algum professor direito, que resida na comarca, mesmo que não seja membro do Ministério Público, para fazer as vezes deste.

c) O juiz deve nomear um advogado, à sua escolha, para atuar, naquele caso, como membro do Ministério Público.

d) O juiz deve nomear três advogados, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, para atuarem, naquele caso, como membros do Ministério Público.

e) Alguém que não pertença à carreira do Ministério Público não pode desempenhar as funções do Ministério Público no caso.

5. (Cespe/MP-RR/Assistente Administrativo/2008) O Ministério Público da União é a instituição que, diretamente ou por intermédio de órgão vinculado, representa a União, Judicial e extrajudicialmente.

6. (FCC/MP-SC/Técnico Administrativo/2004) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, sendo-lhe defeso agir acerca da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

7. (FCC/MP-PE/Analista Administrativo/2006) A Constituição vigente considera o Ministério Público como órgão de cooperação nas atividades governamentais.

MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO ABRANGE

-> MPU (Ministério Público da União)

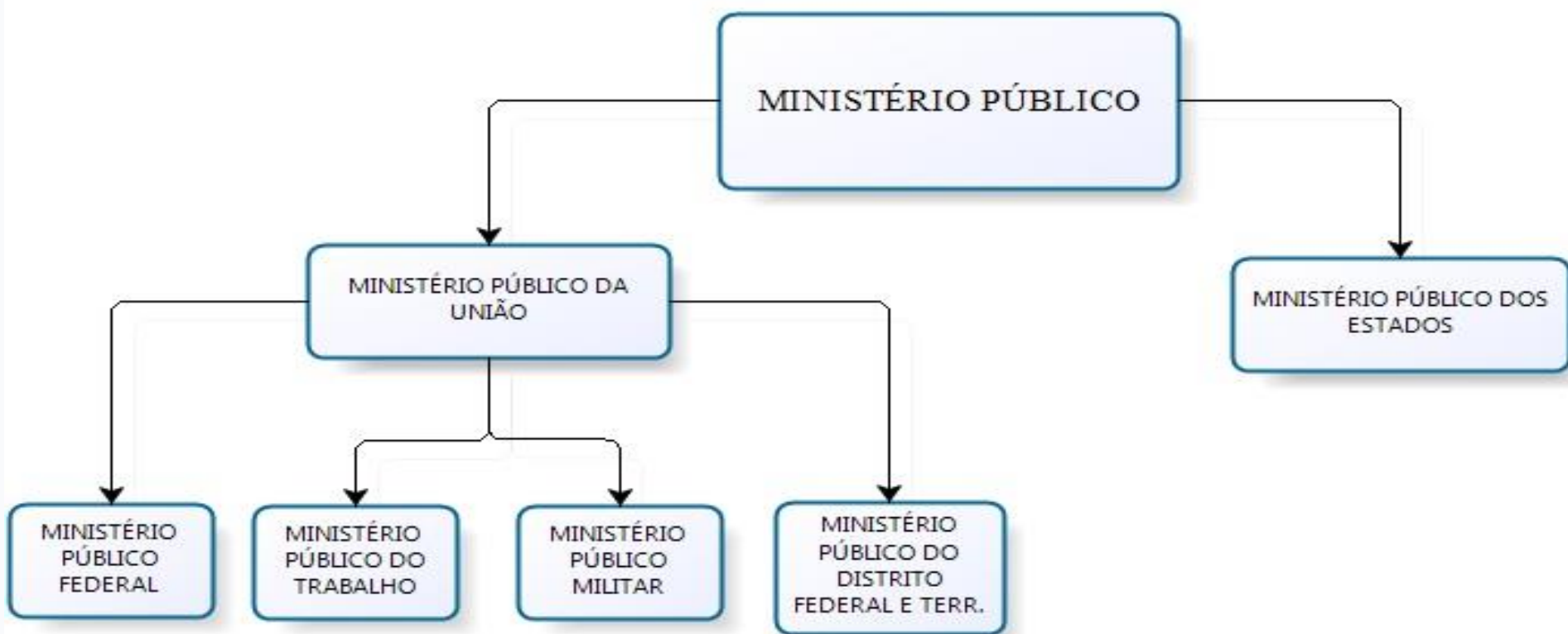
-> MPE (Ministério Público dos Estados)

Organizados por meio de Lei complementar.

MPU, que compreende:

Ministério Público Federal

- Ministério Público do Trabalho**
- Ministério Público Militar**
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**



| Ministério Público da União | Ministérios Públicos dos Estados |
|---|--|
| Organizado e mantido pela União, mediante a Constituição Federal e da Lei Complementar nº 75/93. | Organizado e mantido pelos respectivos estados, mediante normas gerais da Constituição Federal e Estadual, Lei Complementar Estadual e Lei Federal nº 8.625/93. Cada estado deverá elaborar Lei Complementar Estadual para organizar o seu Ministério Público. |
| Tem como chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República. | Tem como chefe o Procurador-Geral de Justiça do estado, nomeado pelo Governador do estado. |
| A área de atuação pode ser observada na leitura dos arts. 109, 114 e 124, da Constituição Federal, que dispõem sobre as competências da justiça federal, do trabalho, militar e eleitoral, bem como nas competências dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal. | Os demais interesses sociais e individuais indisponíveis, não abrangidos pelo Ministério Público da União, são atribuições do Ministério Público do estado. Com atuação, em regra, na justiça comum dos estados (juízes de 1º grau e Tribunal de Justiça dos Estados). |

Atenção!

O **Ministério Público junto aos Tribunais de Contas** não abrange o **Ministério Público brasileiro**; apesar da denominação “Ministério Público”, sua organização é mantida pelas leis orgânicas dos Tribunais de Contas, que, a propósito, não são órgãos do Poder Judiciário. A atuação do Ministério Público junto a esses colegiados é restrita às atribuições dos Tribunais de Contas, que não integram o Ministério Público da União e nem os Ministérios Públicos dos Estados.

Art. 130 da Constituição Federal determine que *“aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura”*, não existe qualquer tipo de vínculo entre tais integrantes.

Julgue os itens a seguir.

1. (Cespe/DPE-MA/Defensor Público/2011) O MP que atua junto ao tribunal de contas é instituição distinta do MP comum, sendo-lhes aplicado, contudo, os mesmos direitos, vedações e forma de investidura.
2. (Cespe/TRF 1ª Região/Juiz/2011) Conforme a CF, o MPU compreende o MP Militar, o MP do Trabalho, o MP Militar e o MP Eleitoral, todos dotados de estrutura própria.

3. (Cespe/SEAD-SE (FPH)/Procurador/2009) Jorge é procurador-geral de justiça do seu estado, ou seja, é o chefe do Ministério Público estadual. Nessa situação, é correto afirmar que Jorge foi escolhido pelo procurador-geral da República mediante lista tríplice entre os integrantes da carreira, e que cabe a ele a promoção das ações civis públicas para proteção de interesses difusos e coletivos no âmbito do estado.

4. (Cespe/TJ-ES/Analista Judiciário/2011) Os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo compõem o Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

5. (Cespe/MPE-RN/Promotor de Justiça/2009) Segundo a CF, o MP brasileiro compreende apenas o MP Federal e o MP dos estados e do DF.

6. (Cespe/AGU/Agente Administrativo/2010) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende, entre outros, os Ministérios Públicos dos estados. Todavia, há outro órgão estatal, dotado de identidade e de fisionomia próprias que o tornam inassimilável à instituição do Ministério Público comum da União e dos estados-membros, qual seja: o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

